



EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: FOTOGRAFIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

SOARES, Edimara (SEED/PR)

edimarasoares@yahoo.com.br

NETO, Clemilda Santiago (SEED/PR)

Clemilda.santiago@gmail.com

Resumo

O artigo resulta de uma pesquisa no âmbito do Estado do Paraná sobre identificação, mapeamento das Comunidades Remanescentes de Quilombos/CRQs e Comunidades Tradicionais Negras/CTNs, e posterior elaboração de políticas públicas, portanto, apresenta-se um recorte dessa pesquisa, cujas fotografias compõem o acervo das autoras. A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino, recente no âmbito da educação nacional, considerando a aprovação da Resolução Nº 08/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, e os séculos de invisibilidade e exclusão escolar dos/as quilombolas. A Educação Escolar Quilombola se estrutura e se desenvolve na perspectiva de conexão entre saberes tradicionais quilombolas e o currículo escolar, portanto, trata-se de pensar o currículo escolar sintonizado as dimensões históricas, culturais e sociais pulsantes nas CRQs e CTNs. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo principal contribuir com a implementação da Educação Escolar Quilombola na disciplina de Geografia, através do uso de fotografias. Trata-se de fornecer subsídios para prática pedagógica, na perspectiva de desvelar e interpretar espaços históricos/culturais até então ocultos no ensino da Geografia escolar. Entende-se que a Geografia ancora-se em conceitos fundantes para análise e compreensão dos fenômenos geográficos, tais como: lugar, paisagem, região, território, sociedade e natureza, diante disso, optou-se pelos conceitos de lugar e paisagem, visando uma consciência espacial dos fenômenos naturais, históricos e sociais que compõem o lugar e a paisagem quilombola. O uso das fotografias na perspectiva da Educação Escolar Quilombola no ensino da Geografia escolar constitui-se em instrumentos pedagógicos úteis à medida que contribuem para leitura do mundo a partir do seu mundo, para enfrentamento das condições ideológicas de dominação e subordinação cultural e econômica.

Palavras-chave

Educação Escolar Quilombola. Ensino de Geografia. Fotografia.



Abrindo o Tema

Historicamente, os lugares e suas paisagens têm suas origens e transformações registradas em documentos e também pela fotografia, que revela pequenos e distintos cenários da realidade com suas concretudes e significados, com seus valores estéticos e culturais. A fotografia constitui-se num recurso pedagógico profícuo para o ensino da Geografia escolar, pois, nos permite interpretar e compreender universos culturais com especificidades espaciais e históricas próximas e distantes.

As pesquisas e estudos sobre o uso da fotografia no ensino da Geografia escolar não são novidades, entretanto, é novo o desafio de olhar com lentes geográficas para realidades espaciais ocultas e no ensino-aprendizagem da Geografia escolar. O desafio de reconhecer e visibilizar lugares e paisagens que não compõem o espaço geográfico hegemônico da Geografia do Brasil. É recente o desafio de pensar e elaborar práticas pedagógicas, didáticas e metodologias de ensino que contemplem as especificidades históricas/sociais/culturais de um grupo étnico historicamente ausente, silenciado, quando não estereotipado e desqualificadas pelo currículo escolar.

Não olvidemos que o Brasil manteve o “escravismo criminoso” por mais de 300 anos, e um século após a Abolição reconhece através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988-ADCT/CF-88 o direito dos povos quilombolas a titulação definitiva de suas terras. Ainda, não podemos ignorar os efeitos da educação eurocêntrica, do currículo escolar que naturalizou e veiculou a presença majoritária de apenas um grupo étnico com características positivas e desejáveis.

Outrossim, no currículo escolar sempre houve uma seleção do que é legítimo e merece ser ensinado, enaltecido e aprendido, portanto, nessa lógica o Estado brasileiro não necessitou criar mecanismos oficiais de segregação para ocultar/desqualificar/excluir a população negra, pois dentre as estruturas sociais



III COPENE SUL

que contribuíram para manutenção da exclusão e do preconceito racial, a Escola teve um papel preponderante na consolidação de uma política curricular que não reconheceu o conjunto de conhecimentos trazidos pelos africanos, por exemplo, as técnicas de mineração, o domínio no campo da metalurgia, a confecção de cerâmicas pelas mulheres negras. Também ocultou a presença da população negra na formação e organização sócio/territorial da nação brasileira, entretanto, sua presença se fez e faz presente pelas diversas tradições culturais ressignificadas em nossa sociedade.

Nesse contexto, é fundamental destacar, que a Escola embora reproduzindo e reforçando desigualdades sócio/raciais, diferentes dimensões do racismo e distintos preconceitos que permeiam nossa sociedade, é dialeticamente um espaço preñado de capacidades para transformação da realidade na qual esta inserida. Compartilhamos com Paulo Freire (2000, p.59) quando diz que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Assim, não se trata de rotular a Escola como uma instituição responsável pelas mazelas sociais, e sim, compreender como um espaço a um só tempo com muitos desafios, porém, com múltiplas possibilidades para desestabilizar/contestar concepções curriculares hegemônicas e excludentes, afirmando um compromisso com povos ausentes nas políticas curriculares e nos materiais didáticos, nesse caso, os quilombolas.

É nessa perspectiva, que pretendemos evidenciar possibilidades pedagógicas no ensino da Geografia escolar, visibilizando lugares e paisagens, saberes tradicionais, culturais/históricos/sociais pulsantes nas Comunidades Remanescentes de Quilombos/CRQs e Comunidades Tradicionais Negras/CTNs¹.

¹ Conforme a professora Clemilda Santiago Neto, reconhecida pelo Movimento Quilombola, entidades dos Movimento Social Negro e órgãos oficiais como “arquivo vivo” da histografia quilombola no Paraná, as Comunidades Tradicionais Negras na época do diagnóstico, identificação e mapeamento das famílias negras não se auto-declararam como quilombolas, pois, naquele momento essa foi uma estratégia de defesa, mediante os conflitos territoriais e várias formas de violências, desencadeados a partir da identificação e certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Assim, as Comunidades Tradicionais Negras são quilombolas, porém, não possuem a certificação da Fundação Cultural Palmares. Nesse trabalho, quando nos referirmos as



Dessa maneira, o objetivo precípua desse artigo é contribuir com a implementação da Educação Escolar Quilombola na disciplina de Geografia, através do uso de fotografias. Trata-se de fornecer subsídios para prática pedagógica, que suscitem reflexão e construção de outras maneiras de ver e dizer sobre lugares e paisagens até então inexistentes para os olhos dos estudantes negros/as quilombolas nos materiais didáticos.

É consenso nos escritos de pesquisadores/as, como Callai (2000); Castrogiovanni (2000); Cavalcanti (2002); Kaercher que ensino da Geografia escolar deve ter sentido para/na vida dos estudantes, instrumentalizando-os para interagir e compreender a dinâmica e complexidade dos fenômenos históricos/sociais/humanos, portanto, eis a razão para reconhecer o Quilombo, a Comunidade Tradicional Negra como lugar de vivência dos estudantes, e como esse lugar vivido, percebido e sentido se vincula na trajetória do ensino-aprendizagem.

Educação Escolar Quilombola: necessidade e desafios

Nosso esforço nessa seção é apresentar de maneira sucinta algumas de nossas reflexões sobre os desafios, as necessidades e as possibilidades para assegurar que a Educação Escolar Quilombola seja um instrumento de luta, emancipação e empoderamento para milhares de estudantes quilombolas.

Assim, é crucial destacar que há um conjunto de leis que balizam as lutas históricas das CRQs, pelo acesso à terra, educação, saúde, entretanto, isso não significa batalhar menos, e sim, intensificar as lutas com respaldo no aparato legal/jurídico. Dessa forma, podemos citar os marcos legais a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988-

Comunidades Remanescentes de Quilombos e aos quilombolas, estamos nos referindo também as Comunidades Tradicionais Negras e aos povos tradicionais negros.



ADCT/88-CF, o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 e o Decreto 6040 de 07 de fevereiro 2007.

No cenário nacional a discussão sobre a necessidade de uma modalidade de ensino que atendesse a reivindicação dos quilombolas e povos das comunidades tradicionais negras teve início a partir das deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), considerando o Parecer do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica - CNE/CEB nº 7/2010 e à Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e preconcebendo a Indicação do CNE/CEB nº 2/2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação instituiu, por meio da Portaria CNE/CEB nº 5/2010, uma comissão responsável pela elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

No Paraná, a identificação, mapeamento e visibilidade das CRQs e CTNs encontra-se intrinsecamente vinculado a necessidade de cumprimento da Lei 10.639/003 que trata da obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. portanto, a educação escolar nessas comunidades permeou pautas e projetos curriculares, visando a inclusão da população negra na historiografia paranaense.

Segundo Clemilda Santigo Neto (2012), professora/técnica pedagógica da Secretaria de Estado de Educação, em 2002 atuando no Departamento de Ensino Médio, ela, juntamente com colegas Maria Aparecida Bremer e Edson Liohiti, começaram pensar na necessidade de inclusão da História e Cultura Afro-brasileira nas salas de aula, visto que, os materiais pedagógicos sobre história da população negra paranaense eram quase inexistentes.

A modalidade de Educação Escolar Quilombola é absolutamente contemporânea no campo da política pública educacional, considerando os marcos legais, como o Parecer do CNE/CEB nº 16/2012 e a Resolução nº 08 de 20 de novembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para



III COPENE SUL

Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Assim, trata-se de uma política pública afirmativa em construção, de uma política educacional que acolhe e valida saberes ausentes e vozes silenciadas. A legislação alude prioritariamente à parcela da população negra/quilombola, mas também a todos os brasileiros/as dos diversos pertencimentos étnico-raciais, pois, trata-se de reparar desigualdades estruturais e cumulativas.

Nesse sentido, entendemos que a Educação Escolar Quilombola se constitui numa política de ação afirmativa, no sentido atribuído por Santos (1999), de

eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, [...] e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado (SANTOS, 1999, p. 147-157).

Assim, a construção de uma política específica de educação voltada às CRQs é uma maneira de reconhecer e compensar no âmbito educacional o absoluto ocultamento e a invisibilidade histórica de um grupo étnico excluído da pauta dos projetos educacionais nacionais. Mas, uma ação afirmativa terá efeitos práticos na vida dos sujeitos se tiver como objetivo central propiciar as condições efetivas para que as situações de desvantagem sejam superadas e eliminadas. (SOARES, 2012, p. 07).

Importante destacar que a Educação Escolar Quilombola compreende escolas quilombolas localizadas nas CRQs e escolas que atendem estudantes quilombolas. Ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar, definem a Educação Escolar Quilombola conforme orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, sendo:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de



cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2010, p.42)

Nessa perspectiva, efetivar uma política de Educação Escolar Quilombola requer necessariamente o acionamento de categorias teóricas/conceituais que nos possibilitem aliar saberes tradicionais, experiências, práticas culturais, relações com natureza e relações cotidianas quilombolas com os conteúdos escolares. Outrossim, é imprescindível a escuta e o diálogo permanente, pois conforme Freire (2006, p.113) “[...] quão importante e necessário é saber escutar. [...] é escutando que aprendemos a falar com eles” [quilombolas].

O desafio que parece ser banal consiste na premissa de compreender o lugar do Quilombo como um componente pedagógico, proporcionando aos estudantes quilombolas o desenvolvimento de suas “[...] habilidades, atitudes e conhecimentos necessários para atuar no contexto de sua própria cultura étnica, no da cultura dominante, assim como para interagir com outras culturas e situar-se em contextos diferentes dos de sua origem”. (CANDAU, 2002, p.133). Assim, é necessário que os conteúdos escolares estejam sintonizados com a realidade sócio/histórica na qual os estudantes quilombolas se inserem.

A Educação Escolar Quilombola para se efetivar nas salas de aulas, precisa ter como ponto de partida a maneira como as pessoas quilombolas se sentem, se percebem, se indagam e isso exige o exercício de uma escuta sensível, pois, possibilita que a comunidade narre sua própria história, reconstrua discursos arbitrários sobre o grupo e desestabilize significados que normatizam e aprisionam seu modo de ser e agir. Dessa forma, a oralidade constitui-se num importante mecanismo pedagógico, e, portanto, é mister entender que a tradição oral afro-brasileira, não se traduz na ausência de domínio do mundo das letras.



A educação escolar, entendida como parte constituinte da trajetória de humanização, formação e socialização precisa estar diretamente relacionada as práticas culturais, no que tange a Educação Escolar Quilombola necessita estar associada com a inventividade do cotidiano quilombola, com as lutas pela titulação de seus territórios, com a defesa pela manutenção de seus lugares ancestrais, pela defesa de práticas agrícolas sustentáveis, pela manutenção de seus costumes corporificados na fala, no cuidado, no trabalho, na cozinha, nos enfeites para alegrar e energizar o ambiente, em síntese, é necessário tonificar a Educação Escolar Quilombola a partir da ancestralidade.

Assim, é fundamental proporcionar situações de aprendizagem que valorizem as vivências no Quilombo, as relações cotidianas, valores simbólicos, as tradições festivas e religiosas, esse conjunto de aspectos singulares estão costurados à ancestralidade, porque ela é um “tecido produzido no tear africano. Na trama do tear está o horizonte do espaço; na urdidura do tecido está a verticalidade do tempo. Entrelaçando os fios do tempo e do espaço cria-se o tecido do mundo que articula a trama e a urdidura da existência” (OLIVEIRA, 2007, p.245).

O desafio para efetivar a Educação Escolar Quilombola está intimamente ligado ao respeito às diferenças, que conforme McLaren (1997, p. 123) “deve ser afirmada dentro de uma política de crítica e compromisso com a justiça social”. Ainda nessa perspectiva, é necessário o reconhecimento da diversidade étnica/cultural de maneira contextualizada, pois, no conjunto da diversidade brasileira existem vozes historicamente silenciadas, ausentes, marginalizadas, quando não deformadas quando na intenção de anestesiar suas possibilidades de reação.

Nesse sentido, é um desafio e uma necessidade criar condições de ensino-aprendizagem para se contrapor, desarticular e superar o mito da democracia racial, que mascara as práticas racistas e discriminatórias, pasteuriza as diferenças e as desigualdades, e funciona como muralha para efetivar políticas



afirmativas (SOARES, 2012, p.121). Concordamos com Florestan Fernandes *et al.* (2006, p. 179), de que,

a democracia racial faz parte de um jogo ideológico, que as desigualdades existentes entre os segmentos étnico/raciais brancos negros, afirmando todos são iguais, e esta ideia que se disseminou no imaginário social, favorecendo o não reconhecimento de uma sociedade que discrimina, exclui e obedece a uma organização socioeconômica hierárquica.

Ainda destacamos como desafio e necessidade para efetivar a Educação Escolar Quilombola, a formação docente, cuja preocupação deve ser das instituições formadoras de professores/as, igualmente a formação continuada das secretarias de educação. A formação docente deverá inserir a temática quilombola, negra, historicamente relegadas nas pautas curriculares, ou posicionadas num plano secundário. Compartilhamos com Nóvoa (1992, p. 28), de que “[...] formação não se faz antes da mudança, faz durante, traduz-se nesse espaço de inovação e de procura dos melhores percursos para transformação da Escola”.

Assim, os desafios e necessidade acerca da Educação Escolar Quilombola, enunciados nessa seção, são desdobramentos de reflexões, discussões e construções teóricas/metodológicas em contínuo movimento de construção e reconstrução, portanto, não se encerram aqui.

Ensino de Geografia: retratos de lugares e paisagens quilombolas

É unânime no âmbito acadêmico a concepção de que o Ensino da Geografia escolar deve considerar as referencias espaciais dos estudantes, as experiências trazidas do seu espaço percebido, vivido e sentido, portanto, para além da compreensão da dimensão espacial da sociedade é preciso encontrar mecanismos pedagógicos para contextualizar esse ensino. Nesse sentido, Cavalcanti (2005) infere que os estudantes constroem conhecimentos geográficos



III COPENE SUL

no seu dia-a-dia, e que é necessário considera-los, “para serem confrontados, discutidos e ampliados com o saber geográfico mais sistematizado [...]”.

As vivências e experiências dos estudantes quilombolas permitem várias interpretações geográficas, entretanto, para essa reflexão e discussão elegemos as categorias geográficas de lugar e paisagem, por entender que as marcas inscritas ali estão intimamente vinculada a construção identitária e ao pertencimento. Assim, é possível fazer um contraponto com a lógica globalizante, cuja tendência é homogeneizar lugares. Na concepção de Straforini (2004),

[...] Faltam-nos muito esses valores de identidade e pertencimento num mundo que se pretende homogêneo, mas que é contraditório e diverso tanto nas relações entre os homens, e destes com a natureza, assim como no espaço que estamos construindo no cotidiano de nossas vidas. (2004, p.18).

As imagens a seguir evidenciam construção de cercas vivas numa CRQs, e sinalizam os vínculos mantidos entre passado e presente, pois, outrora essas cercas vivas foram vitais para sobrevivência.



Fonte: Neto, Clemilda Santiago (2012) Org.: Soares, Edimara

As paisagens quilombolas evidenciam a relação das pessoas com natureza, cujas marcas expressam a dimensão da sustentabilidade. As imagens a seguir indicam possibilidades para trabalhar conceitos relacionados a hidrografia, clima, erosão, assoreamento, relação humana com a natureza.



III COPENE SUL



Fonte: Neto, Clemilda Santiago (2012) Org.: Soares, Edimara

As paisagens fazem parte do cotidiano quilombola, compõem sua existência, com valores e significados. Assim, é possível um “olhar espacial” para essa realidade, oculta nos materiais didáticos. Para Santos (2002, p.103) “a paisagem é um conjunto de forma que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza [...]”.

Os lugares e paisagens quilombolas mostram os ritos cotidianos da sustentabilidade, dos hábitos alimentares, enfim, das invenções úteis ao ritmo da vida. As imagens a seguir sinalizam vivências de um grupo étnico que precisam ser geografizadas, textualizadas, articuladas aos conteúdos escolares, pois a partir daí a Geografia escolar terá sentido na vida dos estudantes quilombolas.



Fonte: Neto, Clemilda Santiago (2012) Org.: Soares, Edimara

No que tange aos hábitos alimentares Certeau (1988) diz que,

[...] cada hábito alimentar compõe um minúsculo cruzamento de histórias. No invisível cotidiano, [...], empilha-se de fato uma montagem sutil de gestos, de ritos, de códigos, de ritmos, de opções, de hábitos herdados [...] comer serve não só para



III COPENE SUL

concretizar um dos modos de relação entre as pessoas e o mundo, desenhando assim uma de suas referências no espaço tempo (CERTEAU, 1998, p. 235-250).

Assim, lugares e paisagem quilombolas são para além do que nossa visão alcança expressões simbólicas de um grupo étnico, heranças não necessariamente fixas, inscritas na relação humana com a natureza.

As imagens a seguir mostram a arquitetura quilombola expressa na construção das casas. Os materiais utilizados permitem uma regulação térmica da temperatura, evidenciam, portanto, saberes tradicionais. Assim, é possível relacionar as experiências dos estudantes quilombolas em seu cotidiano com os conceitos/conteúdos da Geografia escolar, uma vez, que estão vinculados com as “coisas concretas da vida, [...] e tem sua efetivação num espaço concreto aparente e visível, permite e encaminha o aluno a um aprendizado que faz parte da própria vida e como tal pode ser considerado em seu significado [...]” (CALLAI, 2001, p. 143).



Fonte: Neto, Clemilda Santiago (2012) Org.: Soares, Edimara

Compartilhamos com Mia Couto (2003, p.53), que “o importante não é a casa onde moramos. Mas onde, em nós, a casa mora”. Isso implica reconhecer nos sentidos, os significados, as histórias que habitam cada casa, nas diferentes comunidades.

Os lugares e paisagens quilombolas expressam distintas formas de resistências e enfrentamento as várias violências sociais. É importante visibilizar e reconhecer nesses lugares e paisagens a luta das mulheres negras quilombolas.



III COPENE SUL

Nesse contexto destacamos as mulheres mais velhas, em alusão as tradições de matriz africana, onde velhice é sinônimo de sabedoria. As imagens a seguir mostram essas mulheres em suas atividades cotidianas.



Fonte: Neto, Clemilda Santiago (2012) Org.: Soares, Edimara

Nesse sentido, a escritora Walker (2001, p.30), destaca a positividade das mulheres velhas e seu orgulho em ser. A autora traz a seguinte proposição reflexiva:

Talvez um estudo sobre a Velha ajude a tirar nossas velhas do armário onde foram escondidas, da invisibilidade social e dos rótulos pejorativos. Ao mesmo tempo, pode revelar aos homens alguns de seus próprios segredos mais escondidos. [...] precisamos compreender o que nossas imagens significam em termos humanos para podermos usá-las como mapa para o autoconhecimento essencial para a construção de um mundo melhor no futuro. (WALKER, 2001, p.30).

Assim, a visibilidade e sabedoria das mulheres negras quilombolas também compõem os lugares e paisagens quilombolas, seus protagonismos e resiliências se sobressaem mediante várias estratégias de sobrevivência.



Saindo do Tema

Neste artigo buscamos provocar uma reflexão sobre o ensino da Geografia escolar, e os desafios, necessidades e possibilidades para implementar a modalidade de Educação Escolar Quilombola. Nosso foco para discussão foram as categorias geográficas de lugar e paisagem articuladas as imagens das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Paraná.

Entendemos que a Educação Escolar Quilombola não é uma “tábua de salvação” para estudantes quilombolas, e, sim, uma proposta de tratamento pedagógico e estrutural específica, visando precipuamente corrigir desigualdades histórico-sociais no âmbito educacional. Assim, é urgente visibilizar, geografizar os as CRQs, para que os estudantes quilombolas compreendam suas realidades, e tenham instrumentos para subverter discursos e práticas de dominação e subalternização.

É um desafio e uma necessidade para o ensino da geografia escolar considerar os lugares e paisagens quilombolas, com suas histórias, que mostram o resultado das relações que se estabelecem entre as pessoas, os grupos e também das relações entre eles e a natureza.

A Educação Escolar Quilombola é uma luta no contexto de uma política curricular que visa superar os efeitos de uma exclusão educacional histórica e perversa. É um desafio e uma tarefa que envolve a todos nós educadores/as no que Williams chamou de ‘jornada da esperança’ em direção a ‘longa revolução’. Fazer menos, não nos envolvermos nesta tarefa, é ignorar a vida de milhões de estudantes [negros quilombolas] (...) Não agir é permitir aos poderosos que vençam (...) (APPLE, 1997, p.254).



Referências

APPLE, M. **Conhecimento oficial**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010.

CALLAI, Helena. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CALLAI, Helena. A geografia e a escola: muda a geografia Muda o ensino? **Terra Livre**, São Paulo, 2001 n.16, p 135-152.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2005.

CERTEAU, Michel et al. **A invenção do cotidiano 2: morar e cozinhar**. São Paulo: Vozes, 1998.

COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

FERNANDES, F; BORGES PEREIRA, J. B; NOGUEIRA, O. A questão racial vista por três professores. In: **Revista Usp**, São Paulo. n. 68. p.168-179, dez/jan/fev, 2005 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

McLaren, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In.: NÓVOA, A (Org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Eduardo. **Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

SANTOS, H. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro: Ibase, n. 3, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SOARES, Edimara Gonçalves. **Educação Escolar Quilombola: quando a diferença é indiferente**. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2012.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.



III COPENE SUL

WALKER, Bárbara G.: **A velha**: mulher de idade, sabedoria e poder. Lavras: A Senhora Editora, 2001.